

1. AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

O monitoramento e a avaliação de Programas de Governo tem finalidades bastante precisas: (1) proporcionar aos gestores públicos bases para a tomada de decisões eficazes sobre os mesmos; (2) estabelecer elementos para maior transparência da política pública; (3) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade e gerar aprendizado institucional; e (4) proporcionar tanto aos gestores públicos, como aos diversos setores interessados da sociedade, acesso a informações relevantes quanto a execução da política pública, contribuindo para a efetividade dos gastos públicos e participação social, fortalecendo assim as instituições envolvidas e a própria sociedade.

Os instrumentos do monitoramento e da avaliação são fundamentais para uma gestão orientada para resultados, na medida em que podem – e devem – ser utilizados durante todo o ciclo de gestão, subsidiando desde o planejamento e formulação de uma intervenção, o acompanhamento de sua implementação, os consequentes ajustes a serem adotados, e até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, ampliação, redirecionamento ou interrupção.

As diferenças entre o monitoramento e a avaliação são basicamente de escopo e tempo. Enquanto o monitoramento é um instrumento de gestão que proporciona o exame contínuo de processos, produtos e resultados das ações públicas realizadas, gerando recomendações de melhorias ao processo de execução, a avaliação tem uma atuação mais profunda e ampla, na medida em que realiza exame detalhado, tendo como agente provocador os dados do monitoramento. A avaliação permite a análise da informação, conteúdo, estrutura, processo e resultados das ações governamentais, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão e efetividade da intervenção estatal.

O objetivo deste Sumário Executivo é apresentar os principais resultados oriundos da Avaliação Inicial e do Monitoramento do Programa 128 – Ciência, Tecnologia e Inovação

A Avaliação Inicial qualifica os parâmetros que permitem aos dirigentes conhecer, opinar, comparar e decidir acerca dos Programas de Governo, possibilitando melhoras substantivas na qualidade do planejamento e execução das ações de política pública. Fundamentada na igualdade de critérios para todos os projetos ou Programas que tenha por objeto, a Avaliação Inicial concentrou-se na análise de aspectos do desenho do Programa (concepção, planejamento e gestão) sem a pretensão de chegar a conclusões sobre os efeitos e os impactos destes nem estabelecer relações de causalidade entre o desempenho das ações e as mudanças nas condições dos seus beneficiários.

Com o objetivo de avaliar o desenho, planejamento e gestão dos Programas do PPA 2012-2015, a metodologia utilizada está alinhada com as melhores práticas nacionais e segue uma tendência internacional de realização de avaliação de Política Pública fomentada inclusive por órgãos de financiamento como o Banco Mundial que visam à efetividade na utilização de seus recursos.

É importante ressaltar que o modelo proposto se aproxima bastante da Avaliação Executiva de Projeto (AEP), por considerar suas dimensões focais e prazo de realização. Esta, também, utiliza os instrumentos metodológicos e de coleta de dados semelhantes, a exemplo da Matriz do Marco Lógico¹ (MML) e Pesquisa de Campo.

Quanto ao Monitoramento, o recorte escolhido permitiu a análise da Execução Financeira do Programa em 2012, a partir dos dados extraídos do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan). Foram analisados os resultados do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira, inclusive por Compromisso.

Os principais usuários do monitoramento e da avaliação deste Programa de Governo são: a Seplan, por atribuição regimental, especialmente a SGA; as secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação; da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura; da Educação; do Meio Ambiente; da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, responsáveis por sua execução; e a Casa Civil, por sua atribuição regimental de articulação das políticas públicas.

Neste processo, monitoramento e avaliação se articulam em uma relação de complementaridade. Seus processos se retroalimentam de forma que o primeiro fornece uma visão instantânea da situação do Programa em execução, em que pese sua concepção, desenho e gestão. A avaliação, por sua vez, indica as questões críticas e possíveis soluções a serem monitoradas, viabilizando a ação do gestor no sentido de aperfeiçoar o Programa para obter mais e melhores resultados. A avaliação da concepção do Programa e da qualidade do planejamento aliada às informações do monitoramento fornecem insumos estratégicos para a gestão. Nesse sentido, um melhor controle do gestor, possibilitado por este Sumário Executivo, direciona ao cumprimento das metas além de mais e melhores resultados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a Avaliação Inicial de Programas de Governo, foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: (1) Elaboração de Proposta de Matriz do Marco Lógico; (2) Coleta de informações documentadas; e (3) Realização de Pesquisa de Campo.

A pesquisa de campo combinou abordagens e procedimentos quantitativo e qualitativo. As abordagens quantitativas (Questionário *on-line*), por definição, permitem aferir a magnitude e extensão dos fenômenos, sem, todavia, possibilitar a exploração do seu significado substantivo. Com a utilização dos métodos qualitativos de Grupo Focal e Entrevistas Coletivas, torna-se possível explorar não apenas o comportamento das variáveis e identificar as relações existentes entre elas, mas também examinar os sentidos a elas atribuídos que as tornam significativas e capazes de orientar as ações dos atores. Quanto à amostra, esta foi do tipo não-probabilística, de natureza intencional, definida segundo o critério de envolvimento com a formulação e implementação do Programa selecionado.

No que tange ao Monitoramento, para as análises da execução financeira dos Programas em 2012, foram realizadas coletas de dados referentes aos recursos financeiros: Orçado Inicial (orçamento conforme publicado na LOA), Orçado Atual (valor inicial, acrescido ou deduzido, após as modificações orçamentárias, ao final do exercício), Empenhado (crédito orçamentário formalmente comprometidos com o atendimento de encargos ou compromissos assumidos perante terceiros), Liquidado (valor reconhecido pela administração como devido, após o recebimento do objeto gerador do débito e o exame da documentação pertinente) e Pago (pagamentos feitos aos credores, com base nas despesas liquidadas); por Compromissos e Fonte de Recursos (origem e natureza dos recursos orçamentários), a eles atreladas, de cada um dos Programas. Estes dados

foram extraídos por meio de Pesquisa Dinâmica (levando em consideração os dados referentes à Projetos, Atividades Finalísticas e investimentos de Empresas não Dependentes) do relatório do Siplan e organizados em uma tabela.

Em seguida foi realizada a leitura dos dados da tabela, dividida em duas seções. A primeira seção diz respeito à análise dos resultados gerais do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira (utilização dos recursos financeiros, visando quitar as obrigações assumidas, no caso desta análise utilizou-se o valor Pago para os cálculos), inclusive das Fontes de Recursos. A segunda seção trata dos resultados financeiros dos Programas por Compromisso.

3. AVALIAÇÃO INICIAL: DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E APRESENTAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação surge com o intuito de fortalecer a base científica baiana. Sua ementa – “Definir e implementar a política estadual para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), priorizando estratégias para o fortalecimento, a articulação e a descentralização territorial do sistema de CT&I, o estímulo a inovações para a competitividade sustentável do setor produtivo e a aplicação dos instrumentos de promoção da inovação tecnológica para o desenvolvimento” – reflete a ideia de uma sólida atuação de CT&I no estado.

O Programa está inserido no eixo estruturante “Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento”, na área temática Ciência e Tecnologia, e está estruturado em 12 compromissos – ligados à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri), à Secretaria da Educação (SEC), à Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) –, 48 entregas e 60 ações orçamentárias. Estão previstos recursos para os quatro anos do PPA 2012-2015 na ordem de 440 milhões de reais.

No que tange à pesquisa quantitativa, foram convocados 26 representantes do Programa, sendo que, destes, 23 responderam ao questionário, resultando em um aproveitamento da amostra de aproximadamente 85%. No grupo focal estavam presentes dez representantes dos diversos órgãos que participam da execução do Programa. Na investigação dos respondentes quanto ao Cargo que ocupavam, verifica-se que 8/23 dos respondentes encontravam-se exercendo o cargo de Coordenador; 6/23 exerciam cargo de Diretor; 3/23 exerciam o cargo de Coordenador Técnico; 3/23 ocupavam outros cargos (“coordenador de articulação, mas sem cargo formal”; “EPPGG”; “chefe de unidade”), não contemplados nas opções da questão; 2/23 ocupavam cargo de Assessor, enquanto 1/23 exercia o cargo de Superintendente. No que diz respeito ao vínculo com o órgão, dos 23 respondentes, 14 estavam inseridos na categoria Temporário (Comissionado, Função Gratificada, REDA), enquanto nove faziam parte do quadro efetivo.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Os principais resultados da construção de proposta de Matriz de Marco Lógico e Pesquisa de Campo foram agrupados e sintetizados em PONTOS FORTES e PONTOS FRACOS do Programa e estão apresentados a seguir:

SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Quadro 1 – Síntese dos Resultados da Pesquisa

CONCEPÇÃO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – O processo de formulação do Programa envolve insumos diversos: estudos setoriais, demandas sociais – Plano Plurianual Participativo (PPA-P) – e as diretrizes do governo federal que impulsionaram a temática no estado.</p> <p>2 – Entendimento comum da orientação do Programa para uma abordagem de longo prazo com vistas a: promover a inovação tecnológica para a competitividade sustentável nos setores produtivos e acadêmicos; impulsionar o desenvolvimento de tecnologias e inovações de impacto social; fomentar a popularização das ciências, a universalização do acesso aos bens gerados e a difusão de tecnologias em articulação com a política de CT&I do governo federal.</p> <p>3 – Conhecimento dos resultados esperados do Programa, ainda que se admita preocupação quanto aos processos pelos quais os resultados serão alcançados, o impacto nas ações e a consecução do objetivo geral do Programa e os indicadores para mensurar a melhoria da qualidade de vida da população baiana.</p> <p>4 – Existência de alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa, embora se reconheça que a adoção da nova metodologia de elaboração do PPA levou a falhas no que se refere ao encadeamento das entregas com as ações orçamentárias, com prejuízos claros sobre a execução do Programa.</p>	<p>1 – Indicadores inconsistentes com o que se pretende apontar, expressando em sua maioria processos ou produtos e não efeitos ou resultados.</p> <p>2 – Carência de informações para a verificação da lógica horizontal do Programa: insuficiência nas informações pertinentes aos indicadores e ausência de meios de verificação.</p> <p>3 – Ausência de consideração dos Pressupostos ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao funcionamento do Programa.</p> <p>4 – Carência de informações para a verificação da lógica vertical do Programa e coerência e encadeamento lógico entre seus elementos: insuficiência nas informações referentes à estrutura atual de execução do Programa.</p> <p>5 – Embora a origem do Programa seja atribuída a estudos setoriais, estes não foram feitos especificamente para a caracterização da situação-problema e a elaboração do projeto de intervenção. Quanto à incorporação das demandas sociais advindas do processo de escuta social – Plano Plurianual Participativo (PPA-P) –, os critérios utilizados para a sua consolidação e uso na concepção do Programa não foram identificados.</p> <p>6 – Na concepção do Programa não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Desta forma, o estabelecimento das prioridades por território de identidade não precede a formulação/concepção do Programa.</p> <p>7 – O desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas não acontece de forma satisfatória, de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral.</p>
PLANEJAMENTO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – Alinhamento das ações estratégicas dos órgãos/entidades e o Programa, mesmo para aqueles que não possuíam estratégia formalizada em documento específico, o que, certamente, favoreceria a atuação do Programa.</p> <p>2 – Clara identificação dos papéis e responsabilidades das unidades executoras do Programa.</p>	<p>1 – Carência do Programa no que tange à utilização de ferramentas de planejamento necessárias à garantia de critérios mínimos de consistência e coerência na fase de concepção/planejamento. Embora tenha sido mencionada metodologia adaptada das diretrizes do governo federal, não foram elencados instrumentos de planejamento específicos para a formulação desta ação de política pública.</p> <p>2 – Fragilidades quanto ao fornecimento de suporte técnico e metodológico às equipes para apropriação dos instrumentos necessários à formulação/planejamento do Programa.</p> <p>3 – Dificuldades de identificação da estratégia do Governo do Estado da Bahia de médio e longo prazo, o que gera conhecimento insuficiente da estratégia de governo a ser apropriada para a elaboração do Programa.</p> <p>4 – Inexistência de mecanismos de identificação e mapeamento dos riscos. Não estão explicitados os instrumentos utilizados para a efetiva gestão dos riscos, não há menção quanto à elaboração de indicadores de monitoramento, ou mesmo um plano de ação para</p>

SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

mitigação dos riscos.

5 – Falta de clareza quanto aos critérios usados para a alocação dos recursos financeiros necessários ao Programa.

6 – Recursos necessários à resolução da situação-problema insuficientes. Destaca-se a dificuldade dos órgãos responsáveis pelo Programa de se apropriarem dos recursos necessários para seu desenvolvimento (disponibilidade e tempestividade).

7 – Insegurança quanto ao prazo e aos recursos (físicos, financeiro e de pessoal) para cumprimento das metas estabelecidas no Programa. A possibilidade de não atendimento das metas relaciona-se à: equipe técnica: lacunas de número e de capacidades; empecilhos à execução financeira (disponibilidade do recurso e tempestividade); gestão da política: falta de priorização das ações do Programa.

8 – Comunicação intragovernamental ineficaz. Não é percebido um fluxo contínuo de informações entre os atores relevantes do Programa, o que pode prejudicar sobremaneira o alcance dos resultados pretendidos. Quanto à existência de mecanismos formais de comunicação, estes não foram explicitados.

9 – Baixa capacidade de resposta dos órgãos/entidades ante os desafios colocados para a execução das ações relacionadas aos compromissos sob sua responsabilidade. As equipes de trabalho não estão estruturadas para atender às demandas. Também é apontada a burocracia estatal (processo de licitação) como um dos fatores de limitação para a realização das ações do Programa.

10 – Desvios de função e lacunas de capacidade das equipes de trabalho.

GESTÃO/EXECUÇÃO

Pontos Fortes

- 1 – Alinhamento entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado.
- 2 – Existência de complementaridade e interdependência entre os compromissos na implementação do Programa.
- 3 – Utilização de mecanismos para tornar públicas as informações sobre a sua execução e os resultados do Programa. Os mecanismos mais utilizados são: Diário Oficial, boletins internos e externos, *website* oficial, *newsletter*.

Pontos Fracos

- 1 – Não existe uma instância de gestão específica para o Programa. O acompanhamento acontece de forma descentralizada, sem que sejam utilizados métodos específicos orientados ao seu monitoramento.
- 2 – Em relação aos indicadores do PPA, verifica-se dificuldade de adoção de indicadores de efetividade.
- 3 – Monitoramento proposto a partir dos indicadores de Programa apresenta foco limitado à eficácia. Dificuldade de definir indicadores de desempenho do Programa e inexistência de bases de dados que permitam a sua elaboração.

FONTE: Informações da Pesquisa

5. PROPOSTAS DE MELHORIAS

Baseadas nas fragilidades apontadas pela MML e pela Pesquisa de Campo, foram relacionadas propostas de melhoria para o Programa 128 Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme apresentado a seguir:

SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Quadro 2 – Propostas de Melhoria

CONCEPÇÃO	PLANEJAMENTO	GESTÃO/EXECUÇÃO
1 - Implantar prática de realização de Estudos Diagnósticos sobre as áreas de atuação dos órgãos/entidades responsáveis pelo Programa.	1 - Oferecer capacitação para a utilização generalizada da MML.	1 - Estabelecer uma Instância de Gestão Específica para o Programa do PPA.
2 - Reelaborar os Indicadores do PPA de modo a obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos pelo Programa.	2 - Estabelecer equipe encarregada de identificar e analisar os pontos de inconsistência no planejamento do Programa e propor os ajustes cabíveis, segundo a metodologia do Marco Lógico.	2 - Capacitar as equipes responsáveis pela Comunicação das Informações sobre a execução e os resultados do Programa.
3 - Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para elaboração de proposta para a Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Com base nesses resultados, explicitar as prioridades segundo os territórios de identidade.	3 - Incorporar à Matriz do Marco Lógico o enunciado dos Pressupostos e respectivos Indicadores.	3 - Elaborar proposta de Publicização Qualificada e específica das ações do Programa para a sociedade, o governo e outros atores importantes.
4 - Efetuar revisão das entregas do Programa e as ações orçamentárias correspondentes, com apoio de equipe que domine as novas metodologias e terminologias de elaboração do PPA e que possa contribuir para melhor composição da lógica do PPA.	4 - Oferecer capacitação para a utilização generalizada das Ferramentas de Análise de Riscos.	4 - Constituir espaço específico para discussão e apresentação de propostas de solução para os desafios da Intersectorialidade e da Comunicação Intragovernamental.
	5 - Realizar o mapeamento e a Análise dos Riscos das metas seguindo os seguintes passos: aquisição de instrumentos de análise de riscos, elaboração de indicadores de monitoramento e plano de ação para mitigação do risco.	5 - Introduzir a cultura de Monitoramento e Avaliação, com reconhecimento do papel fundamental desta etapa do Programa;
	6 - Implantar ou fortalecer metodologias de Gestão por Competências das Equipes de Trabalho.	6 - Incorporar ao Programa do PPA as alterações na estrutura sugeridas pelos Executores do Programa.
	7 - Capacitar as equipes responsáveis pela Execução do Programa.	

FONTE: Informações da Pesquisa

6. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

6.1 Resultados gerais

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012 o orçamento para o Programa 128 – Ciência, Tecnologia e Inovação, foi aprovado com o valor inicial de R\$ 91,6 milhões. Ao final de 2012², após Propostas de Modificação Orçamentária (PMOs), a dotação do Programa alcançou o valor de R\$ 107,1 milhões. Este montante indica que

houve um aumento de R\$ 15,5 milhões ou 16,9% sobre o orçamento inicialmente previsto, mostrando algum distanciamento em relação ao planejado. Do total orçado para o Programa em 2012, 64,6%, ou R\$ 69,1 milhões foram efetivamente pagos, enquanto que R\$ 80,8 milhões foram liquidados no período³.

Este Programa dispõe de recursos alocados em 13 diferentes Fontes: 00 (Recursos ordinário não vinculados do tesouro); 01 (Recursos ordinários de contrapartida de convênios e operações de crédito); 09 (Indenizações pela extração de óleo bruto, xisto betuminoso e gás, utilização de recursos hídricos e exploração de recursos minerais -Royalties); 14 (Recursos Vinculados à Educação); 21 (Operação de crédito internas em moeda -OCI/Moeda); 28 (Recursos do fundo estadual de combate e erradicação da pobreza - Funcep); 31 (Transferência voluntárias de órgãos e entidades federais – Administração direta); 40 (Recursos diretamente arrecadados por entidades da administração indireta - RDA Indireta); 60 (Contribuição do fundo de investimento econômico e social da Bahia devida aos municípios - Fies); 61 (Transferência voluntária de órgãos e entidades federais - Administração Indireta); 63 (Transferência voluntária de órgãos e entidades municipal - Administração Indireta); 64 (Transferência de entidades privadas nacionais – Administração Indireta) e 66 (Transferência de órgão e fundos internacionais – Administração Indireta).

Das 13 Fontes de recursos alocadas ao Programa em 2012, quatro concentram 86,3% do total, conforme o descrito: Fonte 00, orçado inicial de R\$ 57,9 milhões e final de R\$ 54,8 milhões, representando uma redução no orçamento de 5,3%. Quanto à execução financeira R\$ 38,5 milhões de recursos foram efetivamente pagos, sendo a execução financeira de 70,3%, enquanto que R\$ 46,5 milhões de recursos foram liquidados; Fonte 61, orçado inicial de R\$ 4,3 milhões e final de R\$ 18,7 milhões, registrou incremento de 334,6%, correspondendo a R\$ 14,4 milhões. Apresentou ainda execução financeira de 50,1% (R\$ 9,4 milhões) com relação ao pago, enquanto que R\$ 9,6 milhões foram liquidados; Fonte 60, apresentou redução de 10,2% no orçamento, passando de R\$ 15,0 milhões a R\$ 13,5 milhões, deste montante R\$ 8,7 milhões de recursos foram efetivamente pagos, sendo a execução financeira de 64,8%, enquanto que R\$ 11,7 milhões foram liquidados; Fonte 01, registrou incremento de 168,5%, passando de R\$ 2,0 milhões a R\$ 5,4 milhões, deste total R\$ 3,4 milhões foram pagos e liquidados, com execução financeira de aproximadamente 62%.

6.2 Resultados do Programa por Compromisso

O Programa 128 - Ciência, Tecnologia e Inovação é formado por 12 Compromissos conforme descrito a seguir:

C1 - Realizar ações de pesquisa que possibilitem a utilização de métodos mais precisos de diagnóstico de doenças e pragas e de análises físico-químicas de alimentos e de contaminantes - SEAGRI. Com um orçado inicial de R\$ 200,0 mil e igual orçado final, responde por apenas 0,2% dos recursos do Programa, não apresentando execução financeira no período.

C2 - Proporcionar o maior conhecimento da biodiversidade e suas relações ecológicas por meio de estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e as alternativas para a sua conservação e utilização - SEMA. Com um orçado inicial de R\$ 165,0 mil, registrou-se uma redução de 95,2% dos recursos chegando a R\$ 8,0 mil ao final do exercício. Deste montante, R\$ 3,1 mil foram liquidados e pagos, correspondendo a uma execução financeira de 39,0% em 2012.

C4 - Desenvolver e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação no âmbito das instituições do ensino superior - SEC. Com um orçado inicial de R\$ 8,6 milhões, após Propostas de Modificação Orçamentária (PMOs) registrou aumento de 49,4% dos seus recursos, passando a R\$ 12,9 milhões. Neste Compromisso a unidade responsável conseguiu executar 59,6% dos recursos, correspondente a R\$ 7,7 milhões. Das oito Fontes, que compõem o Compromisso, destaca-se a Fonte a 14, com R\$ 5,6 milhões aportados e uma execução financeira de 87,3% em 2012.

C5 - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, apoiando os recursos humanos, a pesquisa e a infraestrutura para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I - SECTI. Compromisso com maior volume de recursos (R\$ 50,2 milhões), responde por 46,9% dos recursos do Programa. Em relação ao seu orçamento inicial, verificou-se incremento de apenas 3,2% (R\$ 1,6 milhão) após PMOs. O C5 contou com recursos das Fontes 00, 01, 61, e 63. Destas, a Fonte 00 destaca-se com maior volume de recursos, R\$ 42,5 milhões, e execução financeira em relação ao pago de 75,3%. Em seguida aparece a Fonte 61 com orçamento de R\$ 4,0 milhões e uma execução no compromisso de 50,9%.

C6 - Melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores - SECTI. O C9 sofreu um incremento 91,3% no seu orçamento, passando de R\$ 10,9 milhões a R\$ 20,9 milhões, e responde por 19,5% dos recursos do Programa. Neste compromisso a unidade responsável conseguiu executar 42,1%, correspondente a R\$ 8,8 milhões de recursos pagos. Os recursos do Compromisso estão alocados em quatro Fontes, quais sejam: Fonte 00, Fonte 01, Fonte 61 e Fonte 64. Destacam-se a Fonte 61 e a Fonte 00 por concentrarem os maiores volume de recursos, R\$ 9,5 milhões e R\$ 8,3 milhões, respectivamente. A execução financeira com relação ao pago da Fonte 61 foi de 45,4% (3,7 milhões) e da Fonte 00 foi 43,9% (4,2 milhões).

C7 - Fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com uma política pública alinhada com os requerimentos de inovações tecnológicas para a competitividade sustentável do Estado - SECTI. Com um orçado inicial de R\$ 2,5 milhões, após PMOs e redução de 59,5% (R\$ 1,0 milhões) passa a R\$ 1,5 milhões ao final do exercício, responde por apenas 1,4% do total do orçado atual do programa. Neste Compromisso, a unidade responsável apresentou execução financeira em relação ao pago de 63,7%, ou R\$ 947,2 mil. Os recursos do C7 estão alocados a partir das seguintes Fontes: a Fonte 00, com R\$ 667,0 mil e execução financeira de 45,7% e a Fonte 60, com R\$ 820,0 mil, e execução de 78,4%.

C8 - Criar um ambiente de inovação no Estado com a geração, atração e fixação de novos empreendimentos de base tecnológica para consolidação do Parque Tecnológico da Bahia - SECTI. Com orçado inicial de R\$ 6,1 milhões e orçado final de R\$ 7,2 milhões, o C8 responde por apenas 6,8% dos recursos do Programa. Quanto à execução financeira, verificou-se que R\$ 5,8 milhões foram pagos, correspondendo a 79,7% de execução. Das cinco Fontes de recursos alocados ao Compromisso, destacam-se: a Fonte 60, de maior volume de recursos (R\$ 4,7 milhões) e execução financeira em relação ao pago de 89,2% e a Fonte 00, com R\$ 1,7 milhões e execução financeira em relação ao pago de 70,6% (1,2 milhões).

C9 - Fortalecer o Sistema Estadual de Inovação, aperfeiçoando os vínculos entre os seus agentes e consolidando o Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica (Inovatec) - SECTI. Com um orçado inicial de R\$ 9,0 milhões, após Propostas de Modificação Orçamentária (PMOs) registrou

redução de 30,3% dos seus recursos, passando a R\$ 6,3 milhões. Este Compromisso responde por 5,9% dos recursos do Programa e a unidade responsável conseguiu executar 46,1% dos recursos, correspondente a R\$ 2,9 milhões. O C9 dispõe apenas da Fonte 60, na qual realizou toda a sua execução.

C10 - Ampliar e qualificar o acesso à Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, por meio dos Centros Digitais de Cidadania (CDC's) - SECTI. Com um orçado inicial de R\$ 4,7 milhões e um orçado final de R\$ 6,0 milhões, o C10 responde por apenas 5,6% dos recursos do Programa. Neste compromisso a unidade responsável conseguiu executar, em relação ao pago, 86,7%, correspondentes a R\$ 5,2 milhões. Este Compromisso possui três Fontes de recurso, a saber: a Fonte 00, com R\$ 2,0 milhões (tendo sido reduzida em R\$ 607,0 mil – 23,3%); a Fonte 28 com R\$ 3,0 milhões (tendo sido suplementada em R\$ 1,8 milhões – 149,6%); e a Fonte 31 com 1,1 milhões (tendo sido suplementada em R\$ 135,0 mil – 14,1%). Estas Fontes apresentaram respectivamente execuções orçamentárias de 88,1%, 85,3% e 87,7%.

C11 - Fortalecer o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, com articulação, cooperação e capacitação empresarial e institucional - SECTI. O orçamento inicial de R\$ 300,0 mil teve, ao longo de 2012, todos os seus recursos retirados por meio de PMOs, não apresentando, portanto, execução financeira no período.

C12 - Fomentar a capacidade estadual de inovação nas áreas prioritárias de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) - SECTI. O C12 sofreu um incremento de 735% no seu orçamento, passando de R\$ 200 mil a R\$ 1,7 milhão, e responde por 1,6% dos recursos do Programa. Neste compromisso a unidade responsável conseguiu executar 59,9%, correspondente a R\$ 1,0 milhão de recursos pagos. Os recursos do Compromisso estão alocados em duas Fontes, que são: a Fonte 00, zerada ao longo do exercício e a Fonte 60, com R\$ 1,7 milhão.

C13 - Participar do projeto colaborativo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, viabilizando um moderno centro técnico-científico de interesse da indústria do petróleo e gás no Parque Tecnológico da Bahia - SICM. Com um orçado inicial e final de R\$ 170,0 mil, o que indica que não houve movimentação orçamentária no período, o Compromisso responde por apenas 0,2% dos recursos do Programa. No C13 a unidade responsável conseguiu executar 17,8% dos recursos previstos, R\$ 30,3 mil. Este compromisso dispõe das Fontes 00 com R\$ 22,0 mil; da Fonte 41 com R\$ 48,0 mil e da Fonte 61 com R\$100,0 mil, com execução financeira em relação ao pago de 0,0%, 0,1% e 30,2% respectivamente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa 128 – Ciência, Tecnologia e Inovação originou-se de um processo de formulação que envolveu insumos diversos: estudos setoriais, Plano Bahia 2023 e demandas sociais (PPA-P).

Apesar das fragilidades verificadas durante sua formulação e do PPA, especialmente aquelas relacionadas com a adoção de uma nova metodologia para seu planejamento, os participantes da pesquisa informaram haver aspectos positivos originados do novo processo. São eles: entendimento comum da orientação do Programa; conhecimento dos resultados esperados; alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa; clara identificação dos papéis e responsabilidades das

unidades executoras; e alinhamento entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado.

Entretanto, a existência de diversas ações no Programa, de naturezas diferentes e muitas vezes superpostas, merece uma análise mais detalhada. Embora a origem do Programa seja atribuída a estudos setoriais, estes não foram feitos especificamente para a caracterização da situação-problema e a elaboração do projeto de intervenção; na concepção do Programa não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública; o desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas não acontece de forma satisfatória, de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral. Não foram previstos a identificação e o mapeamento dos riscos. Destaca-se ainda a insegurança quanto ao prazo e aos recursos (disponibilidade e tempestividade) para o cumprimento das metas estabelecidas no Programa.

Neste contexto, esta Avaliação Inicial teve por objetivo a identificação dos problemas relacionados com a concepção, o planejamento e a gestão do Programa e a construção de uma linha de base para as próximas avaliações, bem como a contribuição, neste momento, para o seu aperfeiçoamento. Este instrumento também aponta elementos importantes que podem influenciar no desempenho dos Programas e, portanto, devem ser observados pelo monitoramento em curso no âmbito da SGA.

Por fim, esta Avaliação Inicial propõe uma série de medidas para o aperfeiçoamento do Programa, conforme apresentado no Plano de Melhoria. Destacam-se: efetuar revisão das entregas do Programa e as ações orçamentárias correspondentes, com apoio de equipe que domine as novas metodologias e terminologias de elaboração do PPA e que possa contribuir para melhor composição da lógica do PPA; estabelecer equipe encarregada de identificar e analisar os pontos de inconsistência no planejamento do Programa e propor os ajustes cabíveis, segundo a metodologia do Marco Lógico; incorporar à MML o enunciado dos pressupostos e respectivos indicadores; realizar o mapeamento e a análise dos riscos das metas; criar instância de gestão específica para o Programa; elaborar métricas para aferição de resultados do Programa: rever os indicadores para obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos; capacitar as equipes responsáveis pela execução do Programa.

Ainda com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho do Programa, os sistemas de Monitoramento deverão atentar para as seguintes recomendações:

1. Reelaborar os Indicadores do Programa e apresentá-los com as informações completas, permitindo a verificação da lógica horizontal da MML do Programa;
2. Apresentar os Pressupostos da MML, ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao perfeito funcionamento do Programa, para a elaboração de um plano de resposta aos riscos;
3. Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para elaboração de proposta para Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações da política pública. Com base nesses resultados explicitar as prioridades segundo os Territórios de Identidade;
4. Revisar a ementa, os enfoques estratégicos, os compromissos e as entregas do Programa de forma a permitir a melhor composição da lógica do PPA com o Programa em execução.

Adicionalmente, com vistas a dar continuidade as próximas etapas do Processo de Monitoramento, os elementos que comporão o Plano de Monitoramento do ano de 2013 são aqueles constantes na estrutura

proposta pelo PPA 2012-2015: metas, entregas e indicadores.

As metas serão obrigatoriamente monitoradas, em respeito a legislação vigente (Lei nº12.504 de 29 de dezembro de 2011, art. 11). No entanto, a priorização das metas será definida segundo: 1) grau de importância para resolução do problema a que o Programa se propõe a resolver; 2) impacto na execução do Programa; 3) viabilidade da coleta de dados, 4) ser oriunda da escuta social, 5) ter recursos alocados no exercício vigente, e 6) volume de recursos alocados.

Os indicadores, diferentemente das metas, tem sua escolha enquanto elemento a ser monitorado em caráter facultativo. Devem ser utilizados quando for conveniente para as análises e conclusões sobre o programa. Podem ser os indicadores do Programa, clássicos ou ainda construídos, desde que respeitem os princípios de: 1) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável, 2) clareza e objetividade, e 3) apuração com periodicidade garantida e ou consolidada.

As entregas, assim como os indicadores, poderão ser selecionadas como elemento a ser monitorado de forma complementar. Deve-se lançar mão do seu uso quando a meta por si só não for capaz de fornecer dados que permitam uma análise conclusiva para o processo decisório. Desta forma, será necessário estabelecer previsões quantitativas anuais para que seja possível o seu monitoramento, visto que seus quantitativos não são expostos no PPA. Sua seleção deve levar em conta as seguintes fatores: 1) impacto na consecução do compromisso a que esta atrelada, 2) montante de recursos vinculados nas ações orçamentárias, e 3) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável.

8. REFERÊNCIAS

SEPLAN, 2013. **Relatório de Avaliação Inicial Programa 128 – Ciência, Tecnologia e Informação**, Superintendência de Gestão e Avaliação - Diretoria de Avaliação. Fevereiro, 2013.

GOVERNADOR

Jaques Wagner

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

José Sergio Gabrielli de Azevedo

CHEFIA DE GABINETE

Clóvis Caribé Menezes dos Santos

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO

Maria Lúcia Cunha de Carvalho

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO

Carmen Lúcia Castro Lima (até fev. de 2013)
Thaiz Braga

DIRETORIA DE MONITORAMENTO

Maria Aparecida Fortes de Almeida Presídio

COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Vanduy dos Santos (até fev. de 2013)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E AVALIAÇÃO

Thaiz Braga (até fev. de 2013)
Rodrigo Cerqueira

ELABORAÇÃO TÉCNICA

Thaiz Braga
Rodrigo Cerqueira
Mateus Silva

PESQUISA DE CAMPO E COLETA DE DADOS

Rodrigo Cerqueira
Vanduy Cordeiro dos Santos
Fábia Alves
Heraldo Mendes

CONSULTORIA

PLANUS Estratégia e Gestão

EDITORIAÇÃO

Egla Costa
Manoel Ribeiro

¹ A construção de uma hipótese para a MML tem por finalidade dispor as informações do Programa de forma que seja possível a análise dos indicadores propostos; a identificação da existência de fontes de verificação; e a verificação das condições externas que influenciam o alcance dos objetivos propostos. Esta é a Lógica Horizontal da MML. A identificação dos objetivos do Programa e verificação da sequência lógica das propostas apresentadas para a consecução destes objetivos constitui a Lógica Vertical.

² Segundo dados extraídos do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan) em 14/03/2013.

³ Os Restos a Pagar do exercício de 2011 estão incluídos nos montantes de recursos tanto Liquidados quanto Pagos em 2012, de modo que os valores não guardam necessariamente uma equivalência com os componentes de ações efetivamente executados no exercício.

APÊNDICE

PROGRAMA 128 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

R\$ 1,00

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçamento Atual Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	Execução Financeira do Empenhado / Orçamento Atual (C/B)	Liquido (D)	Execução Financeira do Liquidado / Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	Execução Financeira do Pago / Orçamento Atual (E/B)
C1 - SEAGRI - Realizar ações de pesquisa que possibilitem a utilização de métodos mais precisos de diagnóstico de doenças e pragas e de análises físico-químicas de alimentos e de contaminantes	200.000	200.000	0,2	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
40 - RDA/INDIRETA	200.000	200.000	0,2	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C2 - SEMA - Proporcionar o maior conhecimento da biodiversidade e suas relações ecológicas por meio de estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e as alternativas para a sua conservação e utilização	165.000	8.000	0,0	-157.000	3.121	39,0	3.121	39,0	3.121	0,0	39,0
9 - ROYALTIES	165.000	8.000	0,0	-157.000	3.121	39,0	3.121	39,0	3.121	0,0	39,0
C4 - SEC - Desenvolver e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação no âmbito das instituições do ensino superior	8.637.000	12.901.717	12,1	4.264.717	8.785.247	68,1	8.663.450	67,1	7.695.182	11,1	59,6
0 - ORDINARIO	100.000	328.380	0,3	228.380	306.583	93,4	306.583	93,4	22.878	0,0	7,0
1 - CONTRAPARTIDA	0	10.455	0,0	10.455	10.455	100,0	10.455	100,0	10.455	0,0	100,0
14 - VINC EDUCACAO	5.647.000	5.045.071	4,7	-601.929	4.914.954	97,4	4.800.125	95,1	4.404.109	6,4	87,3
40 - RDA/INDIRETA	443.000	443.000	0,4	0	264.830	59,7	262.604	59,3	248.033	0,4	56,0
61 - TRANSF VOLUNTARIA FEDERAL/INDIRETA	150.000	4.635.184	4,3	4.485.184	3.171.688	68,4	3.166.747	68,3	2.892.771	4,2	62,4
63 - TRANSF VOLUNTARIA MUNICIPAL/INDIRETA	1.133.000	1.133.000	1,1	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
64 - TRANSF ENT PRIV NAC/INDIRETA	966.000	966.000	0,9	0	14.179	1,5	14.179	1,5	14.179	0,0	1,5
66 - TRANSF ORGAO/FUNDO INTERNAC/INDIRETA	198.000	340.627	0,3	142.627	102.757	30,2	102.757	30,2	102.757	0,1	30,2
C5 - SECTI - Ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, apoiando os recursos humanos, a pesquisa e a infraestrutura para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	48.661.000	50.214.810	46,9	1.553.810	43.775.109	87,2	44.087.687	87,8	36.796.524	53,2	73,3
0 - ORDINARIO	42.476.000	41.843.359	39,1	-632.741	38.746.421	92,6	38.746.421	92,6	31.497.759	45,6	75,3
1 - CONTRAPARTIDA	2.029.000	3.396.741	3,2	1.367.741	2.236.723	65,8	2.549.300	75,1	2.506.800	3,6	73,8
61 - TRANSF VOLUNTARIA FEDERAL/INDIRETA	4.052.000	4.440.863	4,1	388.863	2.260.965	50,9	2.260.965	50,9	2.260.965	3,3	50,9
63 - TRANSF VOLUNTARIA MUNICIPAL/INDIRETA	104.000	533.947	0,5	429.947	531.001	99,4	531.001	99,4	531.001	0,8	99,4

PROGRAMA 128 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA											RS 1,0
Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação do valor do compromisso e fonte / Orçamento Atual (B/E)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenho (C)	Execução Financeira do Orçamento Atual (C/B)	Liquidação (D)	Execução Financeira do Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	Execução Financeira do Orçamento Atual (E/B)
C6 - SECTI - Melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços inovadores	10.901.291	20.853.641	19,5	9.952.350	9.126.685	43,8	9.041.712	43,4	8.771.196	12,7	42,1
0 - ORDINÁRIO	9.863.291	8.256.383	7,7	-1.606.908	4.105.329	49,7	4.020.356	48,7	3.749.840	5,4	45,4
1 - CONTRAPARTIDA	0	2.040.311	1,9	2.040.311	839.328	41,1	839.328	41,1	839.328	1,2	41,1
61 - TRANSF VOLUNTARIA FEDERAL/INDIRETA	0	9.518.947	8,9	9.518.947	4.182.028	43,9	4.182.028	43,9	4.182.028	6,0	43,9
64 - TRANSF ENT PRIV NAC/INDIRETA	1.038.000	1.038.000	1,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C7 - SECTI - Fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com uma política pública alinhada com os requerimentos de inovações tecnológicas para a competitividade sustentável do Estado	2.500.000	1.487.000	1,4	-1.013.000	947.252	63,7	947.252	63,7	947.252	1,4	63,7
0 - ORDINÁRIO	1.600.000	667.000	0,6	-933.000	304.519	45,7	304.519	45,7	304.519	0,4	45,7
60 - FIES	900.000	820.000	0,8	-80.000	642.733	78,4	642.733	78,4	642.733	0,9	78,4
C8 - SECTI - Criar um ambiente de inovação no Estado com a geração, atração e fixação de novos empreendimentos de base tecnológica para consolidação do Parque Tecnológico da Bahia	6.100.000	7.241.229	6,8	1.141.229	6.100.047	84,2	6.066.864	83,8	5.768.727	8,3	79,7
0 - ORDINÁRIO	700.000	1.693.618	1,6	993.618	1.210.880	71,5	1.214.532	71,7	1.195.532	1,7	70,6
21 - OUTRO	0	301.187	0,3	301.187	42.759	14,2	42.759	14,2	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	300.000	0	0,0	-300.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
31 - TRANSF VOLUNTARIA FEDERAL/DIRETA	0	538.000	0,5	538.000	375.000	69,7	375.000	69,7	375.000	0,5	69,7
60 - FIES	5.100.000	4.708.424	4,4	-391.576	4.471.398	95,0	4.434.572	94,2	4.198.195	6,1	89,2
C9 - SECTI - Fortalecer o Sistema Estadual de Inovação, aperfeiçoando os vínculos entre os seus agentes e consolidando o Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica - Inovatec	9.000.000	6.271.576	5,9	-2.728.424	5.595.938	89,2	5.595.938	89,2	2.888.150	4,2	46,1
60 - FIES	9.000.000	6.271.576	5,9	-2.728.424	5.595.938	89,2	5.595.938	89,2	2.888.150	4,2	46,1
C10 - SECTI - Ampliar e qualificar o acesso à Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, por meio dos Centros Digitais de Cidadania - CDC's	4.742.000	6.044.000	5,6	1.302.000	5.526.477	91,4	5.364.444	88,8	5.237.219	7,6	86,7
0 - ORDINÁRIO	2.601.000	1.994.000	1,9	-607.000	1.920.552	96,3	1.920.943	96,3	1.757.613	2,5	88,1
28 - FUNCEP	1.186.000	2.960.000	2,8	1.774.000	2.633.239	89,0	2.487.532	84,0	2.523.637	3,7	85,3
31 - TRANSF VOLUNTARIA FEDERAL/DIRETA	955.000	1.090.000	1,0	135.000	972.685	89,2	955.969	87,7	955.969	1,4	87,7

PROGRAMA 128 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA											RS 1,0
Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçado Inicial (A)	Orçado Atual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçado Atual Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenho (C)	(%) Execução Financeira do Empenhado / Orçado Atual (C/B)	Liquido (D)	(%) Execução Financeira do Liquidado / Orçado Atual (D/B)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	(%) Execução Financeira do Pago / Orçado Atual (E/B)
C11 - SECTI - Fortalecer o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, com articulação, cooperação e capacitação empresarial e institucional	300.000	0	0,0	-300.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
0 - ORDINARIO	300.000	0	0,0	-300.000	0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
C12 - SECTI - Fomentar a capacidade estadual de inovação nas áreas prioritárias de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	200.000	1.670.000	1,6	1.470.000	1.000.000	59,9	1.000.000	59,9	1.000.000	1,4	59,9
0 - ORDINARIO	200.000	0	0,0	-200.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
60 - FIES	0	1.670.000	1,6	1.670.000	1.000.000	59,9	1.000.000	59,9	1.000.000	1,4	59,9
C13 - SICM - Participar do projeto colaborativo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I, viabilizando um moderno centro técnico-científico de interesse da indústria do petróleo e gás no Parque Tecnológico da Bahia	170.000	170.000	0,2	0	30.295	17,8	30.295	17,8	30.295	0,0	17,8
0 - ORDINARIO	22.000	22.000	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
40 - RDA INDIRETA	48.000	48.000	0,0	0	66	0,1	66	0,1	66	0,0	0,1
61 - TRANSF VOLUNTARIA FEDERAL/INDIRETA	100.000	100.000	0,1	0	30.229	30,2	30.229	30,2	30.229	0,0	30,2
Informações Gerais do Programa 128											
TOTAL DE PROJETOS	17.559.000	24.305.218	22,7	6.746.218	18.242.946	75,1	17.971.667	73,9	16.717.937	24,2	68,8
TOTAL ATIVIDADE FINALISTICA	74.017.291	82.756.755	77,3	8.739.464	62.647.225	75,7	62.829.096	75,9	52.419.731	75,8	63,3
TOTAL DO PROGRAMA sem Empresas não Dependentes*	91.576.291	107.061.973	100,0	15.485.682	80.890.170	75,6	80.800.763	75,5	69.137.668	100,0	64,6
TOTAL DO PROGRAMA com Empresas não Dependentes*	91.576.291	107.061.973	100,0	15.485.682	80.890.170	75,6	80.800.763	75,5	69.137.668	100,0	64,6

Fonte: Sispem, 14/03/2013

* Os valores são coincidentes devido a não participação de "Empresas não Dependentes" neste programa.